

Educação Musical e Formação Política no movimento operário: Rio de Janeiro e São Paulo, 1906-1921

Gabriel Otoni Calhau Martins
NEPHEB/PPGEDU/UNIRIO
gabrielotoni@gmail.com

Resumo: Este trabalho trata das práticas de educação musical, ligadas ao movimento anarquista no início do século XX. O estudo procura ampliar a discussão sobre a ótica libertária dos eventos sociais promovidos nos espaços operários. Percebemos que ainda são pouco estudadas as práticas não escolares no contexto da história da educação que problematize as experiências libertárias em educação. Nesse sentido, encontramos poucos trabalhos que estudam as ações culturais ligadas ao movimento operário. Tendo em vista essa lacuna, faremos uma breve reflexão sobre os bailes, festivais e festas operárias que ocorreram no Rio de Janeiro e São Paulo entre 1906 e 1921. Utilizamos como fonte primária os periódicos anarquistas Novo Rumo, A Voz do Trabalhador, Na Barricada e A Plebe. Destacamos nestes jornais anúncios e comentários sobre atividades musicais, e através desses construímos as impressões percorridas no texto.

Palavras chave: Educação Musical, História da Educação, Educação Libertária.

Introdução.

O movimento sindical do Rio de Janeiro no início do século XX apresentou um projeto educacional de educação libertária. Foram criadas várias escolas que visavam à formação dos operários. As escolas eram baseadas em princípios como a solidariedade, cooperação, igualdade, liberdade, co-educação dos sexos e ensino laico. Podemos citar alguns exemplos de escolas libertárias em diversos estados brasileiros: Rio Grande do Sul, a Escola União Operária e Escola Eliseu Réclus; São Paulo, Escola Sociedade Internacional e Escola noturna, na cidade de Santos; Escola Livre, na cidade de Campinas, Escola Libertária Germinal, Escola Moderna n. 1, Escola Moderna n. 2, na cidade de São Paulo; Rio de Janeiro, Escola Operária 1º de Maio, Escola Moderna em Petrópolis e Universidade Popular. (RODRIGUES, 1987).

Além das escolas os militantes publicavam jornais, realizavam festas, peças de teatro, cursos de formação, cine-club etc. Fato revelador, pois apresenta que a música esteve presente em diversas manifestações, formando hinos revolucionários, como por exemplo, o

“hino da internacional”, cantado ainda nas manifestações atuais. Hardman (1983) relata a música tocada em bailes, piqueniques libertários e também o surgimento de bandas operárias como a Corporação Musical Operária da Lapa, fundada em 1914.

Esse trabalho objetiva estudar as práticas musicais ligadas ao movimento Operário do Rio de Janeiro e São Paulo entre 1906 e 1921. Pretende-se entender o papel das atividades culturais dentro do projeto de educação anarquista, com o intuito de levantar experiências que nos permitam refletir sobre as relações entre educação e cultura popular. Busca-se compreender como esses eventos contribuíram para a formação de uma consciência de classe e como eles continham elementos de formação musical.

No início do século XX, boa parte da população brasileira não tinha acesso à escolarização. Conscientes disso, consideramos importante para entender a educação brasileira estudar processos educacionais não escolares com o objetivo de revelar outros aspectos da aprendizagem. Acreditamos ser importante o levantamento histórico de práticas musicais em espaços não institucionais e não legitimados pelo estado. Hoje a educação musical em espaços não formais é muito discutida, mas ainda há uma lacuna quanto a história desse processo.

Os registros que obtivemos sobre músicas presentes no movimento anarquista entre 1900 e 1920 tem como fonte principal os periódicos do movimento operário publicados no período citado. Ainda não conseguimos registros fonográficos, acreditamos ser difícil o acesso a tais registros, primeiramente pela dificuldade de recursos do movimento operário. A primeira gravação musical no Brasil data em 1902, o que nos leva a crer que não era um recurso acessível, também o alto índice de repressão que tornava difícil construir o acervo do movimento.

Espaço de socialização e cultura como práticas educacionais: possibilidades para a história da educação musical.

Em os Românticos, O historiador E. P. Thompson (2002) demonstrou através de uma análise histórica que a partir da revolução francesa os conceitos de educação e experiência

se tornaram cada vez mais distantes. Com o crescimento da cultura letrada aumentou a rejeição dos métodos de cultura popular. Thompson nos chama a atenção de que o estudo de história da educação não deve estar necessariamente ligado à escolarização

As atitudes em relação à classe social, à cultura popular e à educação tornaram-se “estabelecidas” no período que se seguiu à Revolução Francesa. Durante um século ou mais, a maior parte dos educadores da classe média não conseguia distinguir o trabalho educacional do controle social, e isso impunha com demasiada frequência uma repressão à vitalidade da experiência da vida dos alunos ou sua própria negação, tal como a que se expressava em dialetos incultos ou nas formas culturais tradicionais. O resultado foi que a educação e a experiência herdadas se opunham uma à outra. E os trabalhadores que, por seus próprios esforços, conseguiam penetrar na cultura letrada viam-se imediatamente no mesmo lugar de tensão, onde a educação trazia consigo o perigo de tensão por parte de seus camaradas e a autodesconfiança. Essa tensão ainda permanece. (THOMPSON, 2002. p. 36).

Thompson destaca que o conceito de formação se manteve atrelado ao vínculo institucional e ao controle social. Pouco a pouco se tornou hegemônica a ideia de que lugar de aprender é na escola. Porém, quando temos por interesse estudar as culturas populares que fazem resistência ao estado, é limitador considerarmos apenas os espaços escolares. A população que foi colocada fora das escolas criou seus métodos de aprendizagem. Dessa maneira, Bertici; Faria Filho; Oliveira

ao alargar a possibilidade de pensar a formação além dos estreitos limites da escola, sem, no entanto, desconsiderar a importância desta, sobre tudo nos últimos séculos, Thompson nos inspira a retomar uma tradição muito cara ao pensamento social crítico moderno: os sujeitos se constituem, ou seja, se *formam*, se educam, nas mais diversas circunstâncias em que vivem, seja no mundo do trabalho, da família, da comunidade de pares do lazer entre muitos outros. (BERTICCI, FILHO; OLIVEIRA, 2010. p. 20).

Gondra e Schueler (2008) nos convidam a repensar a própria ideia de educação para construir uma visão sobre histórica sobre ensino no Brasil.

Assim, a ação invisível que se processa no espaço privado, no convívio íntimo, nas leituras comuns, nas conversas, músicas, danças, festas, procissões e jogos, por exemplo, precisa ser considerada de modo a trazer uma população de acontecimentos, frequentemente esquecida nos

estudos de história da educação e que ajuda a compreender como o homem vem sendo educado e como temos compreendido a própria possibilidade de educar o homem. Ao lado desses, também devemos observar a heterogeneidade das forças educativas e iniciativas específicas que elas organizam no vasto território que se pretende unificar, sendo esta uma das funções atribuídas à educação que passa a se processar nas escolas. Com isto, também vale chamar a atenção para as iniciativas criadas, mantidas e expandidas pelo aparelho do Estado, pelas igrejas, empresários, filantropos e agentes da intelectualidade, como médicos, juristas e militares, por exemplo. É por meio da ação articulada dessa gente que, pouco a pouco, vão sendo criadas escolas públicas, privadas, subvencionadas (diurnas e noturnas), asilos colégios e liceus, internatos e cursos superiores no vasto poder exercido pelas sociedades, academias e grêmios, instâncias educativas que organizavam iniciativas voltadas para organizar a população, construída pela “boa sociedade”, mas também por crianças pobres, negros, índios, imigrantes e mulheres. (GONDRA; SCHUELER, 2008. p. 10 e 11).

Os autores chamam a atenção para a complexidade do tecido social que tange a educação brasileira, sendo necessário ampliar os horizontes para dar conta de tal complexidade. Nesse sentido, apontam que as pesquisas atuais em história da educação fornecem subsídios para que possamos construir outras percepções sobre as diversidades de formas de educação e dos processos múltiplos de indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo. Ao estudar os processos educacionais no Império brasileiro, priorizam os sujeitos aos fatos institucionais e consideram que os sujeitos aprendem e se educam para além das perspectivas do Estado. Nesta mesma linha, Costa aponta para outros espaços educacionais fora da escola.

Para além da escola havia e há muitas formas de aprender, inclusive de aprender a cultura letrada. As associações de trabalhadores foram um espaço privilegiado para esse tipo de aprendizado entre os meados do século XIX e início do século XX. Acompanhando-as podemos contar um pouco da história da educação das classes populares naquele período bem como a história da formação da classe trabalhadora no Brasil. (COSTA, 2012. p. 73).

Com suporte nesses autores, Pinto (2014) aponta como possíveis espaços de formação cafés, circos, cinematógrafos e teatros de revista. Entendemos que as práticas musicais ligadas ao movimento operário para além da performance e entretenimento

cumpriam função educativa. Elas seriam processo de educação musical porque as orquestras não eram formadas por músicos profissionais e muitas vezes serviam como espaço de aprendizagem. Possibilitavam que os trabalhadores aprendessem canções e hinos revolucionários, para além da formação artística auxiliavam na formação da consciência de classe obtendo caráter multidisciplinar. Algumas vezes em que foram apresentadas músicas através de orquestras, coros, tenores, etc. Também obtivemos registros que algumas peças de teatro eram acompanhadas por músicos.

As festas e hinos operários como espaço de formação.

Havia festas operárias que arrecadavam fundos para os sindicatos, imprensa operária, famílias de operários falecidos, etc. Normalmente contavam com uma conferência, na qual um companheiro fazia uma explanação sobre um tema ligado às questões dos movimentos; uma ou mais peças de teatro, encenadas pelos diversos grupos de teatro amador; quermesses e terminava-se sempre com um baile familiar onde geralmente tocava uma banda, ou orquestra. Debates ideológicos eram feitos junto com as práticas culturais, tornando estas um espaço de formação política. Segundo Hardman

O espetáculo de variedades, múltiplo e colorido, apresentado pelo festival proletário, revela mais espontaneidade e diversidade da própria presença da classe. A série de conferências entremeadas por um teatro militante está mais conforme com a concepção da liderança anarquista, onde a cultura era pensada fundamentalmente como meio de emancipação. (HARDMAN, 1983. p. 42 e 43).

Os bailes estudados eram uma opção de lazer mais acessível para os trabalhadores. No jornal Na Barricada, do dia sete de outubro de 1915, a coluna “Pelos Teatros”, que comentava não somente o teatro militante, mas também diversas outras manifestações teatrais na cidade, anunciadas no teatro São Pedro, a estreia de uma companhia lírica a preços populares no valor de seis mil reis. O mesmo periódico em dezesseis de janeiro de 1916 anuncia uma festa operária no valor de mil reis o ingresso individual e a dois mil reis o ingresso familiar. Pela diferença de preço entre o ingresso popular da companhia e o ingresso para as festas libertárias, podemos perceber que os bailes operários eram uma opção de

lazer as pessoas mais desfavorecidas financeiramente.

Não se trata apenas de gerar acesso a manifestações culturais aos menos desfavorecidos em um modelo assistencialista. A formação da consciência de classe é um processo que envolve diversos fatores que vão além da condição econômica. O historiador inglês E. P. Thompson ao estudar a história da formação da classe operária inglesa, apresentou contribuições de extrema relevância para entendermos o processo de formação de classes. O surgimento da classe operária não estaria ligado apenas a uma questão econômica, ou seja, não basta indivíduos estarem em uma mesma condição social para que se forme uma classe. A formação da classe operária acontece através da luta de classes, a partir do momento em que os interesses divergem e entram em conflito.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), se sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência como determinada, o mesmo não acontece com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987 p. 10.).

Os bailes estudados foram importantes para um processo de consciência de classe, pois reuniam pessoas pertencentes a uma mesma condição econômica e levam as cenas os conflitos sociais. Assim possibilitavam a percepção das experiências em comum e a sensação de pertencimento a um grupo. Cabe lembrar que nosso recorte temporal é anterior ao decreto 19.770 de 1931, que regulariza os sindicatos perante o governo. No período em que estudamos os trabalhadores eram mais autônomos perante as lutas sindicais. Para Hardman (1983 p. 34.) as lutas sindicais autônomas antes de 1930 foram de fundamental importância para a autonomia cultural. O autor aponta simultaneidade entre a burocratização do sindicalismo brasileiro, crescimento do Estado populista e fortalecimento das culturas de massa.

Tivemos manifestações musicais em muitos dos bailes operários. No Jornal A voz do trabalhador do dia primeiro de janeiro de 1914, anuncia-se a criação da banda lira operária, que pretendia cumprir a função de animar os bailes operários. Havia também a Corporação Musical Operária da Lapa (CMOL), fundada por imigrantes italianos em São Paulo no ano de 1881, como o nome de Lyra da Lapa (HARDMAN, 1983 p. 50). Em pesquisa ainda inicial em sites de busca na internet pudemos perceber que existe até hoje.

Era também uma tradição entre o movimento operário cantar hinos. Muitos desses eram versões de músicas feitas em outros países, como por exemplo, o hino da internacional. Hino feito para Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1864 (primeira internacional), com versão em diversas línguas. Em tabela abaixo, alguns hinos encontrados.

Hino	Fonte encontrada
Canto dos trabalhadores. Versão traduzida de Canto del lavorate.	Novo Rumo, 24/04/1907. Pag. 3. A guerra social 24/04/1912. Pag 2 e 3.
Filhos do povo.	Novo Rumo, 01/05/1907. Pag. 01.
Hino da internacional	A guerra social, 15/10/1911. Pag. 3. A voz do trabalhador, 01/05/1909. Pag. 3. A voz do trabalhador 22/07/1909. Pag. 4. A plebe, 09/04/1921. Pag. 2. A plebe, 07/10/1922. Pag. 4.
Primeiro de maio. Original de Pedro Gori. Para se cantar com a área do coro da ópera Nabuco de Verdi.	A voz do trabalhador, 01/05/1909. Pag. 1. A voz do trabalhador, 01/05/1913. Pag. 2. A voz do trabalhador, RJ, 01/05/1914. Pag. 1 e 4. A guerra social, 12/10/1912. Pag. 4.
Filhos do Povo	A voz do trabalhador, 01/05/1909. Pag. 2.
Hino dos trabalhadores.	A guerra social, 12/10/1912. Pag. 4.

Percebemos a música auxiliando a movimentação da força sindical. Promovendo solidariedade de classes e levando a militância para além da atmosfera do trabalho. Seria

precipitado considerar que todos os trabalhadores tinham os bailes sindicais como principal acesso a cultura, mas a partir desses exemplos podemos perceber a relação direta entre as lutas sindicais e as práticas culturais citadas. Acreditamos que a relação entre cultura e militância se dava de forma intrínseca de modo a ficar difícil separar as duas coisas.

Referências

A VOZ DO TRABALHAOR. Rio de Janeiro. RJ. 01/05/1909. Pag. 3.

A VOZ DO TRABALHAOR. Rio de Janeiro. RJ. 22/07/1909. Pag. 4

A VOZ DO TRABALHAOR. Rio de Janeiro. RJ. 01/05/1909. Pag. 1.

A VOZ DO TRABALHAOR. Rio de Janeiro. RJ. 01/05/1913. Pag. 2.

A VOZ DO TRABALHAOR. Rio de Janeiro. RJ. 01/05/1914. Pag. 1 e 4.

A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro. RJ. 24/04/1912. Pag 2 e 3

A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro. RJ. 12/10/1912. Pag. 4

A PLEBE. São Paulo. SP. 09/04/1921. Pag. 2.

A PLEBE. São Paulo. SP. Pag. 4.

BERTICCI, Liane Maria; FILHO, Luciano Mendes de Faria; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda, *Edward P. Thyompon: história e formação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. *O teatro anarquista como prática social do movimento libertário (São Paulo e Rio de Janeiro de 1901 a 1922)*. São Paulo:PUC-SP, Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, , 2012.

NA BARRICADA, Rio de Janeiro, RJ. 07/10/1915. Pag. 2.

NA BARRICADA, Rio de Janeiro, RJ. 16/01/1916. Pag. 3.

NOVO RUMO, Rio de Janeiro, RJ. 24/04/1907. Pag. 3.

NOVO RUMO, Rio de Janeiro, RJ. 01/04/1907. Pag. 3

RODRIGUES, Edgar- *Os Libertários- Idéias e experiências Anárquicas*. Petrópolis, RJ: Vozes 1987.

THOMPSON, E.P- *A formação da classe operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira, *De Chocolat: Identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República*. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado)- Universidade Federal Fluminense, Faculdade de educação, 2014.